

Vice-presidente do Grupo S&D no PE e a resposta ao populismo Trump, Obama e os europeus

Maria João Rodrigues

Tendências populistas varrem os EUA, o Reino Unido e a Europa continental? Temos de ser mais precisos. De entre vários populismos emergentes, há um particularmente preocupante a classificar de forma mais precisa: ele combina reacionarismo cultural, com autoritarismo político e nacionalismo económico, mas ganha influência por prometer proteger as pessoas e por criticar um sistema político impotente para o fazer.

Por isso, a simples reafirmação do credo liberal de respeito pelos princípios do Estado democrático não será suficiente para deter e responder a estas novas tendências.

O que está a acontecer é uma movimentação tectónica nos eleitorados ocidentais decorrente do efeito combinado — e variável segundo os países — de várias crises: crise económica e social devida aos desmandos do sistema financeiro, à concorrência global com a entrada em força dos países asiáticos, e à digitalização e uberização em marcha; crise identitária devida à pressão acrescida de fluxos migratórios; crise política devido à perda de confiança nas instituições democráticas e na imprensa organizada para identificar soluções convincentes para tudo isto. Neste contexto, o credo liberal é percebido apenas como um *statu quo* e *establishment* dispensáveis.

Há algum paralelismo histórico a traçar entre esta situação e a que se viveu no século passado: uma agenda de liberalismo económico levada até às suas últimas consequências; uma vasta instabilização dos eleitorados que reclamaram protecção por parte do Estado; seguida de três grandes alternativas de intervenção pública: o comunismo na União Soviética, o nacionalismo/ fascismo na Europa e o New Deal nos EUA. Percebe-se hoje claramente que esta última foi a única resposta progressista no sentido em que permitiu manter um

sistema democrático e uma economia aberta, ao mesmo tempo que levou a cabo uma profunda renovação do contrato económico e social entre cidadãos e entre Estados-membros, através da construção de instrumentos de escala continental no domínio financeiro, industrial e da regulação e protecção social.

A Europa, só após uma guerra devastadora, conseguiu construir este tipo de contrato económico e social, quando erigiu Estados-providência e reativou os seus motores de crescimento e quando se lançou depois num processo único de integração continental.

Esse contrato está hoje esgotado e tem de ser renovado em várias frentes. Algum nacionalismo de esquerda, que também existe, argumenta que a protecção das pessoas requer o regresso às fronteiras nacionais. Isto é um logro: essa protecção só pode ser garantida se houver também intervenção à escala europeia, mas renovada. É certamente o caso para responder à concorrência global, à revolução digital, à cooperação de paz ou ao desenvolvimento com as regiões vizinhas para gerir a pressão migratória.

Na sua última visita à Europa, o Presidente Obama veio dizer isso mesmo. Embora confrontada com múltiplas crises, a União Europeia é ainda um grande bastião de referência dos valores democráticos e de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Infelizmente temos poucos líderes à altura desta circunstância histórica e por isso o papel da cidadania esclarecida é inestimável. A 25 de março do próximo ano assinala-se o sexagésimo aniversário do Tratado de Roma com uma cimeira que deveria aí adotar um roteiro para o futuro da UE. O Parlamento Europeu conseguiu definir a sua proposta, a Comissão Europeia prepara o seu Livro Branco, mas o Conselho Europeu e de Ministros, onde os governos se encontram, encontra-se enredado e bloqueado.

Para nós portugueses, e o Governo sabe bem disso, há uma questão central a garantir: o roteiro para o futuro da UE não pode ser apenas sobre segurança e defesa. Tem de ser também sobre convergência na zona euro e pilar social europeu.



ILUSTRAÇÃO CRISTINA SAMPAIO